

Conselho de Segurança: balanço dos trabalhos dos Comités de luta contra o terrorismo

21 de Fevereiro de 2006 – O Conselho de Segurança ouviu, hoje, um balanço das actividades dos seus três Comités de luta contra o terrorismo, que reforçaram, nomeadamente, a sua cooperação com a Interpol, para facilitar a perseguição dos terroristas que figuram na sua Lista de indivíduos procurados.

A Presidente do Comité Contra o Terrorismo (CCT), criado pela resolução 1373 (2001) do Conselho, Ellen Margrethe Løj (Dinamarca), declarou que o CCT fixou três prioridades, começando pela revisão do sistema de relatórios (de acordo com as recomendações do documento final da Cimeira Mundial de 2005).

A Presidente também sublinhou o reforço do diálogo com os Estados-membros, expressando o desejo de existência assistência técnica para aplicar a resolução 1373, e a reexaminação das relações com as organizações internacionais, regionais e sub-regionais.

Quanto aos trabalhos do Comité 1267, que dizem respeito à Al-Qaida, aos Taliban e aos indivíduos e entidades associadas, o Presidente, César Mayoral (Argentina), recordou que, a 21 de Dezembro de 2005, o Comité aprovou uma revisão parcial das suas directivas de forma a melhorar os procedimentos da tomada de decisões e clarificar as regras relativas à actualização da Lista (dos indivíduos procurados) e à aplicação das isenções previstas pela resolução 1452 (2002).

Evocou igualmente os trabalhos realizados pela equipa de vigilância encarregada de analisar as medidas tomadas pelos Estados-membros contra os indivíduos ou entidades constantes da Lista, entre 29 de Julho e 31 de Janeiro de 2006.

Por fim, o Presidente do Comité criado pela resolução 1540 (2004), que diz respeito ao acesso dos actores não estatais às armas nucleares, Peter Burian (Eslováquia), disse que o Comité organizou seminários com o objectivo de sensibilizar mais os Estados e os ajudar a preparar os seus relatórios. Continuará, assegurou, a colaborar com os dois outros Comités, a fim de garantir uma melhor eficácia da luta contra o terrorismo.

Usando da palavra a seguir, o Representante da Áustria, em nome da União Europeia, sublinhou a importância de respeitar o direito internacional, os direitos humanos e os direitos dos refugiados, na luta contra o terrorismo, de forma a tornar esta luta eficaz e legítima.

O Representante Permanente da França sublinhou a exigência que constitui o respeito dos direitos do homem para assegurar a eficácia e a legitimidade da luta contra o terrorismo.

Enquanto o Representante Permanente de Israel preveniu que o mundo era “testemunha da formação de uma perigosa aliança, de um eixo de terror que compreendia o Irão, a Síria e o Hamas”, o Representante da Síria considerou “inaceitável que este último se aproveite deste debate para defender a política de ocupação do seu governo”.

Por outro lado, o representante do Qatar pôs a tónica na responsabilidade daqueles que incitam ao ódio ou à diabolização desta ou daquela religião. Foi apoiado pelo Representante da Indonésia, que considerou que o terrorismo poderá ser vencido apenas por meio de uma concertação multilateral assente no respeito dos direitos humanos e no diálogo entre todas as civilizações e todas as religiões.

(Baseado numa notícia produzida pelo Centro de Notícias da ONU a 21/02/2006)